

**DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM  
DEFICIÊNCIA VISUAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA  
REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE  
TANCREDO NEVES/BA.**

Amauri de Oliveira Jesus  
Universidade do Estado da Bahia  
amauri.olliveira@yahoo.com.br

Rosemary Rufina Perin  
Universidade do Estado da Bahia  
rorufperin@hotmail.com

### **Introdução**

Esse trabalho é fruto da atividade prática desenvolvida na disciplina Processos de Alfabetização do VI período do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia e traz discussões inerentes aos desafios da alfabetização de crianças com deficiência visual a partir de um relato de experiência.

Nesse sentido, nos propomos a caracterizar os desafios e as práticas que envolvem o método de alfabetização de um deficiente visual dentro do contexto da escola pública e, a responder o seguinte questionamento: Como se dá o processo de alfabetização de uma criança deficiente visual na rede pública de ensino de Presidente Tancredo Neves/BA?

Assim, Magda Soares discute as especificidades dos conceitos de alfabetização e letramento, nos deixando posto que

“Se alfabetizar significa orientar a própria criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita. Uma criança alfabetizada é uma criança que sabe ler e escrever, uma criança letrada (...) é uma criança que tem o hábito, as habilidades e até mesmo o prazer da leitura e da escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes ou portadores, em diferentes contextos e circunstâncias (...) Alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita” (Jornal do Brasil - 26/11/2000).

Então, se respaldando na Psicogênese da escrita para melhor compressão do processo de alfabetização Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985) definiram a psicogênese da língua escrita em cinco níveis: hipótese pré-silábica; Intermediário I; hipótese silábica; hipótese silábica-alfabético ou Intermediário II e hipótese alfabética. A partir dos resultados obtidos foi possível identificar em qual destes níveis se enquadra a criança estudada.

Assim, foi elencado como objetivo relatar os resultados da experiência através das informações obtidas a partir das observações, da descrição das atividades desenvolvidas e da revisão bibliográfica.

Levando em consideração que as discussões em torno da deficiência visual - DV dentro da perspectiva do processo ensino/aprendizagem ainda não são suficientes para atender a demanda da inclusão de maneira que seja garantido o princípio da isonomia, justificamos a relevância desta produção partindo da necessidade de ampliar as construções nesse sentido. Garcia et al (2001, p.28 e 29) destacam que:

[...] deve ficar claro, no caso a educação de crianças cegas, independentemente da concepção pedagógica ou linha metodológica adotada pela escola, não se pode negligenciar o desenvolvimento integral, a utilização de técnicas específicas fundamentais ao êxito e eficácia do processo de aprendizagem da leitura-escrita pelo sistema braille.



Fica claro que a escola deve proporcionar ao aluno deficiente visual condições que possam atender as demandas de suas especificidades a fim de compreender todo o contexto do processo de alfabetização.

### **Metodologia**

A metodologia utilizada foi a de estudo de caso que segundo Lüdke e André (1986) refere-se a uma investigação profunda de uma pessoa, grupo, instituição ou outra unidade social.

O caso estudado refere-se a uma aluna deficiente visual que cursa o 1º ano do ensino fundamental da rede pública do município de Presidente Tancredo Neves/BA. Utilizamos como técnica a observação e o desenvolvimento de atividades adaptadas a fim de avaliar o nível de desenvolvimento da língua escrita e da leitura, para que a partir dos resultados pudéssemos desenvolver atividades outras no sentido de intervenção das dificuldades apresentadas.

### **Análise dos resultados**

Após levantar os dados necessários, foi possível durante a análise da pesquisa realizada perceber, que a criança pesquisada encontra-se no nível silábico, pois demonstrou ter descoberto que pode haver relação entre a palavra e a quantidade de partes da pronúncia oral; concebeu a escrita como representação gráfica dos sons da fala e construiu hipóteses tentando abordar a escrita, usando uma letra para cada sílaba falada.

No que tange ao processo de ensino/aprendizagem de indivíduo com deficiência visual, Elizabeth de Sá (2007) concebe que:

As crianças cegas operam com dois tipos de conceitos:  
Aqueles que têm significados reais para elas a partir de suas experiências; Aqueles que fazem referência a situações visuais, que



embora sejam importantes meio de comunicação podem não se adequadamente compreendidos e ficam desprovidos de sentido (p.21).

Dessa forma, entende-se que o processo de alfabetização de uma criança cega requer planejamento e atividades específicas. É preciso adaptação de material e a transposição didática para que o indivíduo possa ter contato com diferentes materiais e soluções.

Este estudo de caso possibilitou não somente a identificação sobre qual nível a criança se encontra no que se refere a língua escrita e leitura, mas também indicou as necessidades de alfabetização que são postas por alunos deficientes visuais.

## **Conclusão**

É extremamente pertinente considerar a relevância desta produção sinalizando que ainda são insuficientes as construções em torno do processo de alfabetização de deficientes visuais dentro da rede pública de ensino. Fundamentar o desenvolvimento da língua escrita e oral de uma criança cega dentro da teoria tomada como referencia nesse artigo é um forte indicio de que a escola pode ser inclusiva por essência e tornar-se o diferencial no que se refere a aquisição de conhecimento e socialização de especiais.

Conseguimos discutir as especificidades que permeiam a aquisição da língua escrita e da leitura através do desenvolvimento e proposição de atividades que atenderam a demanda de alguns recursos pedagógicos necessários. No entanto, nos deparamos com situações aparentemente corriqueiras que nos levam a um grau de discussão que está além da psicogênese da língua escrita e oral, que passa por todo um contexto de não preparação da escola para de fato acolher o aluno com deficiência visual.

É extremamente necessário repensar a formação docente dentro da perspectiva da inclusão de alunos cegos, pois estamos nos referindo a um sistema de escrita específico e de um contexto de ensino/aprendizagem que deve levar em consideração experiências



palpáveis e, isso requer adaptação de recursos e habilidade em utilizar os que já estão disponíveis.

### Referências

FERREIRO, Emilia; TEBEROSK, Ana. **A Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Medicas 1985. 284p.

GARCIA, Marilda; MORAES, Bruno; MOTA, Maria da Glória Batista da. **Programa de capacitação de recursos humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual** Vol. 1 Ministério da Educação: Brasília, 2001. lei 5.692/71

SÁ, Elizabet Dias de ; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual**. Gráfica e Editora Cromos: Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ace\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ace_dv.pdf). Acesso em: 18 de Dez. de 2013.

SOARES, M. Entrevista concedida ao Jornal do Brasil em 26/11/2000. Disponível em: <http://quintalmagico.com.br/educar-e/letrar-e-mais-que-alfabetizar.html> Acesso em: 20/10/2013.

LUDKE, M; ANDRÉ M. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.